



PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019-SRP REGISTRO DE PREÇOS

1.0 - PREÂMBULO

- 1.1 A Prefeitura Municipal de Carmópolis, através de sua Pregoeira, designado pela Portaria nº 04/2019 de 02 de Janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação modalidade PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS SRP, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, que observará os preceitos de direito público e em especial as disposições da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 que é subsidiada pela Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 atualizada, observada a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, o Decreto Municipal nº 3568/2019, o Decreto Municipal nº 2971, de 03 de Dezembro de 2012, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, que regulamenta o Pregão Presencial, e será regido pelas condições estabelecidas no presente Edital e nos seus anexos.
- 1.2 Os envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação deverão ser entregues na sessão pública que será realizada às 08h00min (oito horas) do dia 04/04/2019 (quatro de abril de dois mil e dezenove), na Sala da Comissão Permanente de Licitação, Anexo na Sala de Licitações, situada a Praça 16 de outubro, n° 135 Centro, Carmópolis Sergipe, obedecidas as condições e exigências que se seguem.
- 1.3 O presente Edital encontra-se à disposição para consulta dos interessados na Sala da Comissão Permanente de Licitação, na Sala de Licitações, situada na Praça 16 de outubro, nº 135 Centro, Carmópolis Sergipe, no horário das 07:00h às 13:00h, onde poderá ser adquirido.
- 1.4 O interessado poderá, ainda, solicitar o edital por e-mail, devendo entrar em contato com a pregoeira através do telefone (79) 3277-1210 ou do e-mail: licitacaocarmo polis.se@gmail.com

2.0 - **OBJETO**

2.1 – Constitui objeto da presente licitação o REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição de pneus e serviços de alinhamento, balanceamento e cambagem da frota de veículos automotores pertencentes a Prefeitura Municipal de Carmópolis, ao Fundo Municipal de Assistência Social e ao Fundo Municipal de Saúde, integrando Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal n.º 2971/2012 conforme especificações técnicas e quantidades constantes do Anexo I deste Edital.

3.0 - ÓRGÃOS PARTICIPANTES

- 3.1 GERENCIADOR: O Órgão Gerenciador será a PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMÓPOLIS ESTADO DE SERGIPE, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.108.535/0001-22.
- 3.2-ORGÃOS PARTICIPES: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE com CNPJ: 11.417.909/0001-66 e FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL com CNPJ: 14.804.337/0001-66.
- 3.3 A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência não poderá vir a ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório.

<u>4.0 - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO</u>







- 4.1. PODERÁ PARTICIPAR desta licitação qualquer pessoa jurídica, regularmente estabelecida no País, cujo ramo de atividade constante de seus atos constitutivos seja compatível com o objeto do presente Certame, e que satisfaça todas as exigências, condições e normas contidas neste Edital e seus Anexos;
- 4.2. NÃO SERÁ ADMITIDA, nesta licitação, a participação de empresas enquadradas em qualquer das hipóteses a seguir elencadas:
- I Que, em regime de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- II Encontrem-se sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- III Tenham sido suspensas, temporariamente, de participar de licitações e contratar com está Prefeitura de Carmópolis e/ou declaradas inidôneas para licitar e/ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, salvo as reabilitadas;
- IV Que tenha como sócios servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- V Estejam inadimplentes com obrigações assumidas perante a Prefeitura Municipal de Carmópolis Sergipe.
- 4.3. A licitante deverá ter ciência de que seu representante legal não poderá, em hipótese alguma, representar mais de uma empresa, sob pena de verificando-se tal situação, ser, as empresas assim representadas, prontamente desclassificadas/inabilitadas, sem que lhes caiba nenhum recurso ou indenização;
- 4.4. Não será permitida a participação, na licitação, de mais de uma empresa sob o controle de um mesmo grupo de pessoas, físicas ou jurídicas;
- 4.5. A participação neste certame implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.
- 4.6. A condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte será comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:
- 4.6.1. A comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte pelo licitante, empresário ou sociedade será efetuada exclusivamente mediante Certidão expedida pela Junta Comercial de seu domicílio, emitida no exercício vigente, conforme Art. 8°, da Instrução Normativa nº 103, do Departamento Nacional de Registro do Comércio, de 30 de abril de 2007, vedada a aceitação de qualquer outra forma de apresentação e deverá ser entregue na fase de credenciamento.
- 4.6.3. A licitante que declarar ser Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e não comprovar tal condição na fase de credenciamento em conformidade com subitem 5.1.3. Não se beneficiará do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006 alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

5.0 – CREDENCIAMENTO

THE RESERVE OF THE PARTY OF THE

5.1 - Antes da abertura dos envelopes de propostas, ocorrerá a fase de credenciamento, onde serão vistos e identificados os representantes de cada licitante.







- 5.1.1 Concluído o credenciamento, que terá início no horário previsto no preâmbulo deste Edital, não serão mais aceitos novos participantes no certame.
- 5.2 Somente poderão participar da fase de lances verbais desta licitação as empresas que atendendo as condições estabelecidas no item 4.0, no dia, hora e local da realização do Pregão, se fizerem representar por pessoa com poderes para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recurso, renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para praticar em nome da licitante todos os atos pertinentes a este Pregão comprovados tais poderes da seguinte forma:
 - 5.2.1 Se proprietário ou sócio: através do contrato social e da carteira de identidade ou outro documento equivalente (com foto);
 - **5.2.2** Se por outra pessoa: mediante apresentação de instrumento público ou particular de procuração (Art. 653, do Código Civil), conferindo-lhe poderes para formular ofertas e lances de preço, assinar documentos, e praticar os demais atos pertinentes ao certame em nome da representada, inclusive renunciar ao direito de interpor e desistir de recursos, acompanhada do ato de investidura de quem a firmou e da carteira de identidade ou outro documento equivalente (com foto).
- **5.3** Os documentos referidos nos itens 5.2.1 e 5.2.2 deverão ser apresentados em separado dos envelopes proposta e habilitação, durante o ato específico para o credenciamento e/ou representação, e em forma de cópias autenticadas ou acompanhadas dos originais, estes para fins de conferência, sendo que as cópias farão, posteriormente, parte dos autos.
- **5.4** O representante da licitante que não se credenciar perante a pregoeira ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor recurso, de renunciar ao direito de interposição de recursos, enfim, para representar a licitante durante a reunião de abertura dos envelopes "Proposta de Preços" e "Habilitação" relativos a este Pregão, sendo mantido, porém, o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- 5.5 Não será permitido um mesmo representante para mais de uma empresa, sendo admitido, porém, o credenciamento de mais de um representante para a mesma empresa, sendo que apenas um poderá se manifestar a cada sessão.
- **5.6** As Licitantes deverão apresentar declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, como condição para a participação nesta licitação, conforme disposto no inciso VII do art. 4º da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto Municipal nº 143/2016. A referida declaração deverá ser apresentada juntamente com o documento de credenciamento, fora dos envelopes que contêm os documentos de habilitação e proposta, podendo utilizar como modelo o estabelecido no Anexo III, deste Edital;

6.0 – FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS





- 6.1 As propostas deverão ser confeccionadas e impressas no papel timbrado da licitante, datadas com a data prevista para abertura da licitação, carimbadas e assinadas pelo sócio ou proprietário da empresa.
 - **6.1.1** Caso a proposta seja assinada por pessoa que não faça parte do Contrato Social, a mesma deverá comprovar ter poderes para assinar a proposta, através de procuração pública ou particular.
- 6.2 Não será aceita propostas opcionais ou condicionais, devendo o licitante ofertar o preço unitário e total em algarismo e por extenso, na moeda corrente do país, sendo desconsideradas as propostas que contiverem rasuras, emendas, ressalvas, borrões ou entrelinhas, que possam suscitar dúvidas, especialmente em se tratando de valores, assim como não serão consideradas as propostas que desatenderem a qualquer exigência do presente Edital e seus Anexos.
- **6.3** Os documentos de habilitação deverão ser apresentados em uma única via, em original ou cópias autenticadas em cartório inclusive no verso de parte integrante do documento ou cópias acompanhados do original para serem autenticadas por Servidor da Administração ou publicação na Imprensa Oficial.
- **6.4** Os documentos para credenciamento do representante, as propostas e os documentos de habilitação deverão ser acondicionados em três envelopes separados, lacrados e rubricados em suas extremidades, subscritos da seguinte forma:

	<u> </u>	<u> </u>
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019-SRP	PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019-SRP	PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019-SRP
CREDENCIAL	ENVELOPE 01 PROPOSTA	ENVELOPE 02 HABILITAÇÃO
LICITANTE:	LICITANTE:	LICITANTE:

7.0 – ENTREGA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES

7.1 – Os envelopes deverão ser entregues lacrados, na sessão pública que será realizada na sala da Comissão Permanente de Licitação, na Sala de Licitações, situada na Praça 16 de outubro, nº 135 – Centro, Carmópolis - Sergipe, no dia e hora fixados no preâmbulo deste Edital.

8.0 - PROPOSTA

- **8.1** A proposta de preços deverá ser apresentada na forma do item 6.1 subitem 6.1.1 sem rasuras, emendas, ressalvas ou entrelinhas, podendo ser elaborada conforme modelo do Anexo II ou com as seguintes informações:
 - 8.1.1 fazer menção ao número deste Pregão, a razão social e ao número do CNPJ, ao(s) número(s) de telefone(s), fax e e-mail, endereço com CEP, indicação do banco, agência bancária e número da conta corrente da licitante.

Prefeitura Municipal de Carmópolis, Praça 16 de Outubro, 135 - Fone (079) 3277-1210/3277-1330 CNPJ: 13.108.535/0001-22 - email: carmopolis@carmopolis-se.com.br

4



PMC fls. 149 Ruprica

8.1.2 – qualificação completa do sócio (nome, endereço, número do RG e do CPF, profissão e estado civil), para fins de confecção do contrato, no caso da licitante sagrar-se vencedora.

- 8.1.3 marca, modelo e descrição completa do produto ofertado.
- **8.1.4** preço unitário e total de cada item, de acordo com o Termo de Referência (Anexo I), expresso em real, junto ao qual devem ser inclusas todas e quaisquer despesas incidentes sobre o objeto licitado (tributos, seguros, fretes, encargos de qualquer natureza).
- **8.1.5** Prazo de entrega dos produtos não superior a 05(cinco) dias, e prazo de execução dos serviços não superior a 48h (quarenta e oito horas) contados do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Autoridade Competente. Caso tal prazo seja omitido, a Pregoeira o entenderá como sendo igual ao máximo permitido.
- **8.1.6** prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos. As propostas que omitirem o prazo de validade serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos. Caso seja indicado prazo de validade da proposta inferior ao mínimo permitido, a pregoeira desclassificará a proposta.
- 8.1.7 Condições de pagamento, parcelado conforme entrega.
- 8.1.8 Local de entrega dos produtos: Almoxarifado Municipal.
- 8.1.8.1 Local de Prestação dos Serviços: Oficina da empresa contratada.
- 8.2 Nos valores que forem propostos serão consideradas as seguintes regras:
- 8.2.1 quanto à fração relativa aos centavos: duas casas decimais;
- 8.2.2 discrepância entre os valores expressos em numerais e por extenso: valem os escritos por extenso;
- 8.2.3 discrepância entre o valor unitário e o total: vale o valor unitário;
- **8.3** A pregoeira corrigirá os erros de quantitativo, soma e/ou multiplicação, quando aútorizada pelo Representante da Licitante, sendo considerado para fins de classificação das propostas o valor proposto com as correções. Caso a licitante não aceite as correções realizadas, sua proposta comercial será desclassificada.

9.0 - ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 9.1 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Pregão.
- 9.2 Não serão aceitas propostas que apresentarem preço unitário ou global simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatíveis com os preços de insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este Pregão não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando







se referirem a produtos e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.

- 9.3 Serão exigidas amostras que deverão ser entregues no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) da solicitação, em pacote, identificadas individualmente, com o carimbo da firma proponente, para efeito de identificação. As amostras não serão devolvidas.
- 9.3.1 As amostras serão solicitadas pela Pregoeira após a fase de lances verbais e deverá ser apresentadas pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar no prazo de 48hs (quarenta e oito horas), contando-se do término da sessão.
- 9.3.1.1 O prazo estabelecido no item 9.3.1 poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da licitante, desde que a mesma apresente justificativa aceitável pela Administração.
- 9.3.2 Na análise das amostras será feita pelo Setor Competente mediante comparação da descrição dos produtos apresentados pela licitante com as especificações definidas no Termo de Referência, Anexo I deste Edital. As amostras serão aprovadas no caso da descrição do produto apresentado pela licitante ser condizente com as especificações do Termo de Referência Anexo I deste Edital e da proposta da licitante.
- 9.3.3 As propostas das licitantes que tiveram suas amostras reprovadas pela Administração serão desclassificadas, com base no Art. 48, I, da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. Neste caso serão analisadas as amostras das demais licitantes na ordem de classificação até a aprovação de uma que atenda as exigências deste Edital e seus Anexos.
- 9.4 A Pregoeira poderá solicitar parecer da Procuradoria Jurídica do Município e/ou de empresas que prestem assessoria a este Município para embasar suas decisões.

10.0 - DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 10.1 Serão desclassificadas:
- 10.1.1 As propostas que não atendam as exigências deste Edital e de seus Anexos;
- 10.1.2 As propostas com preços excessivos ou manifestadamente inexequíveis;
- 10.1.3 As propostas que tiveram suas amostras, se exigidas, reprovadas pelo Setor Competente, mediante parecer fundamentado.
- 10.2 Serão considerados excessivos os preços muito acima dos praticados pelo Mercado, apurados mediante pesquisa de preço feita pelo Setor de Compras deste Município e inexequíveis aqueles que não venham a ter sua viabilidade demonstrada através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato.







- 10.3 Na análise da aceitação das propostas, havendo dúvida sobre a exequibilidade dos preços de uma ou mais propostas, a Pregoeira fixará o prazo de 24hs (vinte e quatro horas) para que as licitantes que ofertaram preços com indícios de inexequibilidade apresentem as Notas Fiscais de Compras e as Planilhas de Custos Contábeis demonstrando que o valor ofertado para venda apresenta a incidência de todos os impostos pertinentes à comercialização dos produtos e o lucro, para fins de comprovação da exequibilidade de seus preços.
- 10.3.1 O prazo estabelecido no item 10.3 poderá ser prorrogado por igual período, a pedido da licitante, desde que a mesma apresente justificativa aceitável pela Administração.
- 10.4 A não comprovação da exequibilidade dos preços ou a não apresentação da documentação estabelecida no item anterior dentro do prazo estabelecido, será motivo para desclassificação das propostas relativas aos itens com preços considerados inexequíveis, com base no Art. 48, II, da Lei n° 8.666/93 e posteriores alterações.
- 10.5 No caso de todas as propostas serem desclassificadas a Pregoeira poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de novas propostas escoimadas dos defeitos motivadores de sua desclassificação, nos termos do art. 48 §3°, da Lei Federal nº 8.666/93.

11.0 - JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 11.1. No local, dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados;
- 11.2. Após a fase de credenciamento das licitantes, a Pregoeira procederá a abertura das Propostas de Preços, verificando, preliminarmente, a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório e seus anexos, com a consequente divulgação dos valores cotados pelas licitantes classificadas;
- 11.3. Para fins de julgamento e classificação das propostas será adotado o critério MENOR PREÇO POR ITEM, observados os prazos máximos para a prestação dos serviços, as especificações técnicas e os parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos neste edital e em seus anexos, bem como a compatibilidade dos preços propostos com os praticados no mercado;
- 11.4. Serão qualificadas pela pregoeira para ingresso na fase de lances a Licitante que apresentar menor preço por item, em conformidade com o Anexo I, e as demais Licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e inferiores em até 10%(dez por cento) ao de menor item;
- 11.5. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas de preços na condição definida no item anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 03 (três), independentemente do valor. No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, seja qual for o número de licitantes, para a fase de lances;
- 11.5.1. Será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006,







entendendo-se por empate, neste caso, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta de melhor preço;

- 11.5.2. Para efeito do disposto no subitem 11.5.1 acima, ocorrendo o empate, serão adotados os seguintes procedimentos:
- 11.5.2.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte, mais bem classificada, poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada de menor preço;
- 11.5.2.2. Não ocorrendo a apresentação da proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 11.5.2.1 acima, serão convocadas as remanescentes que, porventura, se enquadrem na hipótese do subitem 11.5.1 deste Edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- 11.5.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 11.5.1 acima, será realizado sorteio entre elas, para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 11.5.2.4. Na hipótese da não ordenação das propostas nos termos previstos nos subitens 11.5.1 a 10.5.2.3 acima, será considerado o valor apresentado pela proposta originalmente de menor preço;
- 11.5.3. O disposto nos subitens 11.5.1 a 11.5.2.4 acima, somente se aplicará quando a melhor oferta não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;
- 11.6. Caso duas ou mais propostas escritas apresentem valores iguais, será realizado sorteio, também, para determinação da ordem de oferta dos lances;
- 11.7. A pregoeira convidará, individualmente, as Licitantes qualificadas, na forma dos itens 11.3 a 11.6, a apresentar os lances verbais, a começar pela autora da proposta escrita de maior preço, seguido das demais, em ordem decrescente de valor;
- 11.8. A pregoeira poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como menor preço dos lances, mediante prévia comunicação às Licitantes e concordância destas e expressa menção na Ata da Sessão;
- 11.9. Somente serão aceitos lances cujos valores quais sejam superiores ao último apresentado;
- 11.10. No tocante aos preços, às propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total do item orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários e por escrito. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta;
- 11.11.Será(ão) considerada(s) vencedora(s) aquela(s) que ofertar(em) o MENOR PREÇO POR ITEM DE AQUISIÇÃO E DE SERVIÇO;





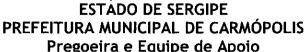


- 11.12. A etapa de lances será considerada encerrada quando, indagadas pela pregoeira, todas as participantes qualificadas manifestarem desinteresse em apresentar novos lances;
- 11.13. Caso não se realizem lances verbais, será verificada pela pregoeira a conformidade entre a(s) proposta(s) escrita(s) de menor(es) preço(s) e o valor estimado para a contratação, ficando vedada a aceitação de proposta(s) com valor(es) superior(es) ao(s) estimado(s) no Termo de Referência da Administração, no(s) item(ns) correspondente(s);
- 11.14. Declarada encerrada a etapa de lances e ordenadas as propostas, a pregoeira examinará a aceitabilidade da(s) primeira(s) classificada(s), quanto ao objeto e valor(es), decidindo, motivadamente, a respeito, ficando vedada a aceitação de proposta(s), com valor(es) unitário(s) superior(es) a(os) estimado(s) no Termo de Referência, no(s) item(ns) correspondente(s);
- 11.15. A(s) microempresa(s) e a(s) empresa(s) de pequeno porte mais bem classificada(s) será(ão) convocada(s) para apresentar(em) nova(s) proposta(s), no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, de acordo com o estabelecido no §3°, art. 45 da Lei Complementar nº 123/2006;
- 11.16. A pregoeira poderá negociar com a autora da oferta de menor valor, com vistas à redução do preço;
- 11.17. Sendo aceitável(is) a(s) proposta(s) final(is) classificada(s) em primeiro lugar, após negociação com a pregoeira, será(ão) aberto(s) o(s) envelope(s) contendo a documentação de habilitação da(s) licitante(s) que a(s) tiver(em) formulado, para confirmação das suas condições de habilitação, descritas no item 8 deste edital;
- 11.18. Se a oferta não for aceitável, ou se a Licitante desatender às exigências para a habilitação, a pregoeira examinará as ofertas subsequentes de menor preço, negociará com a sua autora, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora do(s) itens;
- 11.19. Serão consideradas inaceitáveis as propostas que:

- a) ofereçam preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais Licitantes;
- b) contiverem cotação de objeto diverso daquele requerido nesta licitação; e
- c) serão inaceitáveis, ainda, após prévia análise do Setor de Licitação desta Prefeitura, as propostas (itens)/amostras não aprovadas em testes de comparação a serem realizados pelos setores solicitantes do objeto desta Licitação, através de comissão especialmente designada para tal, mediante relatório fundamentado do referido Setor.
- 11.20. Ultrapassada a fase de análise das propostas e abertos os envelopes contendo a Documentação, não caberá desclassificar as Licitantes por motivo relacionado com a proposta, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento;









- 11.21. O encerramento de quaisquer das sessões, será lavrada Ata de Reunião, para assentamento de fatos relevantes que ocorreram, que deverá ser assinada pela pregoeira, Equipe de Apoio e pelos representantes legais e/ou procuradores das Licitantes presentes;
- 11.22. Toda e qualquer declaração feita pelos representantes legais e/ou procuradores das Licitantes deverá constar em Ata. Não terá validade qualquer reclamação posterior sobre assuntos relacionados com a sessão respectiva que não tiverem registro na referida Ata;
- 11.23. Constatado o atendimento aos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a Licitante será habilitada e declarada vencedora do(s) item(s) ofertado(s);
- 11.24. Todas as propostas e os documentos de habilitação serão rubricados, obrigatoriamente, pela pregoeira e Equipe de Apoio e pelos representantes legais das Licitantes presentes à sessão deste Pregão;
- 11.25. Caso haja intenção por parte da(s) Licitante(s) de recorrer contra a decisão da pregoeira, a(s) mesma(s) aguardará(ão) o encerramento das fases de Classificação das Propostas e de verificação dos Documentos de Habilitação das proponentes, de acordo com a ordem de classificação, para que se manifeste contra a decisão da pregoeira, imediata e motivadamente após a declaração do vencedor;
- 11.26. Se todas as propostas forem desclassificadas ou todas as Licitantes inabilitadas, a Pregoeiro poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis, nos termos do art. 48, § 3°, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, para apresentação de outras propostas ou nova documentação, escoimadas das causas da desclassificação ou inabilitação;
- 11.27. Para fins de julgamento das propostas deverão ser considerados os preços de referência apurados pela Administração mediante pesquisa de mercado
- 11.28. Da Margem de Preferência Nos termos do Decreto Municipal nº 3578, de 12 de maio de 2019, e, justificadamente, visando à promoção do desenvolvimento econômico no âmbito local e regional, será concedida prioridade de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de dez por cento do melhor preço válido, nos seguintes termos:
- 11.28.1. Aplica-se o acima disposto nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço;
- 11.28.2. A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;
- 11.28.3. Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente com base no item 11.28.2, serão convocadas as remanescentes







que porventura se enquadrem na situação do item 11.28.1, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

- 11.28.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;
- 11.28.5. Para efeitos da aplicação da margem de preferência, considera-se:
- 11.28.5.1. Âmbito local sede e limites geográficos deste Município;
- 11.28.5.2. Âmbito regional os municípios circunvizinhos, através das microrregiões, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE e assim considerados, especificamente: General Maynard, Japaratuba, Rosário do Catete, Capela, Siriri, Santo Amaro e Pirambú.

12.0 - PROCEDIMENTOS DA SESSÃO DO PREGÃO

- **12.1** A sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços e os documentos para habilitação será realizada no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital e desenvolver-se-á da seguinte forma:
- 12.1.1 Declarada aberta a sessão, serão convidados os representantes das empresas que se fizerem presentes para apresentarem junto à mesa os documentos necessários ao credenciamento e/ou representação, na forma do item 3.0 deste edital, os quais poderão ser vistos e conferidos por todos os participantes e, necessariamente, rubricados.
- 12.1.2 Em seguida serão anunciadas as empresas legalmente representadas e solicitada a entrega da Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação conforme Anexo III e dos envelopes com as propostas de preços e de documentos para habilitação, apresentados na forma do item 5.0.
- 12.1.3 Na sequência serão abertos os envelopes contendo as propostas de preços e analisadas todas as propostas quanto à sua conformidade com as exigências do Edital, procedendo-se a desclassificação daquelas desconformes e a sua substituição por outra, de forma a definir aquelas que se encontrarem aptas para a fase de lances verbais.
- 12.1.4 Prosseguindo, será selecionada a proposta que apresentar o MENOR PREÇO POR ITEM DE AQUISIÇÃO E DE SERVIÇO e as demais cuja variação situar-se no limite de até 10% (dez por cento) acima da proposta de menor preço. Não havendo pelo menos 03(três) propostas nestas condições, serão selecionadas as demais até o número máximo de 03(três), quaisquer que sejam os preços ofertados.
- 12.1.5 Na sequência será dado início a fase dos lances verbais, os quais serão formulados pelos proponentes de forma sucessiva, em valores numéricos distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta de maior preço, observando o seguinte:
- 12.1.5.1 As rodadas de lances verbais serão repetidas quantas vezes forem necessárias, com vista a obtenção da melhor oferta;









- 12.1.5.2 A cada nova rodada será efetivada a classificação momentânea das propostas, de forma a definir a sequência dos lances ulteriores.
- 12.1.5.3 A desistência em apresentar lance verbal, quando para esse fim convocado, implicará na exclusão do licitante da fase de lances verbais, mantendo-se, todavia, o último preço por ele apresentado para efeito da classificação final das propostas.
- 12.1.5.4 A desistência dos lances ofertados sujeita o seu proponente às penalidades cabíveis.
- **12.1.6** Encerrada a etapa de oferta de lances, as propostas serão ordenadas exclusivamente pelo critério de menor preço, sendo objeto de exame e decisão motivada quanto à aceitabilidade do valor apresentado por aquela classificada em primeiro lugar.
- 12.1.7 Sendo aceitável a oferta da proposta classificada em primeiro lugar, em relação ao seu proponente será verificado o atendimento das condições habilitatórias, mediante documentação contida no envelope 02 Habilitação.
- 12.1.8 Constatado o atendimento pleno às exigências do edital, o proponente será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o respectivo item do Pregão.
- 12.1.9 Se a oferta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências habilitatórias, serão examinadas as ofertas subsequentes, inclusive quanto a sua aceitabilidade, por ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda a todas as exigências editalícias, sendo o respectivo proponente declarado vencedor e a ele adjudicado o correspondente objeto.
- 12.1.10 Caso a proposta não seja aceitável ou não haja oferta de lances verbais, ou mesmo quando houver ofertas de lances verbais, após a decisão da pregoeira, em qualquer dos casos, quanto à aceitabilidade da proposta ainda será lícito a pregoeira negociar diretamente com o proponente para a obtenção de preço melhor do que aquele ofertado.
- 12.1.11 Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, ao final assinada pela pregoeira e licitantes presentes, facultada a assinatura dos membros da equipe de apoio e ouvintes, na qual serão registrados todos os fatos relevantes da sessão.
- 12.1.12 A adjudicação do objeto obedecerá a estrita ordem de classificação e será praticada pela pregoeira na própria ata de reunião.
- 12.1.13 A pregoeira poderá suspender a sessão para análise das propostas ou dos documentos de habilitação e/ou diligências que julgar necessário, fazendo constar na ata o motivo da suspensão da sessão.

<u> 13.0 – HABILITAÇÃO</u>







13.1 - Para habilitação na presente licitação, as licitantes apresentarão documentação relativa a Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal e Trabalhista, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira, conforme abaixo:

13.2 - Habilitação Jurídica:

- 13.2.1 Registro comercial no caso de empresa individual;
- 13.2.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social com todas as suas alterações ou sua consolidação, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos de eleição de seus administradores;
- 13.2.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício:
- 13.2.4 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.3. Da Regularidade Fiscal e Trabalhista

- 13.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 13.3.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual (Ficha de Inscrição Cadastral FIC) ou Municipal (Alvará), se houver, relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste Edital;
- **13.3.3.** Prova de regularidade relativa a Garantia por Tempo de Serviço FGTS, através de Certificado de Regularidade do **FGTS** CRF;
- 13.3.4. Certidões de regularidade de situação para com as Fazendas:
- 13.3.4.1. Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais, os créditos tributários relativos às contribuições sociais, previstas nas alíneas 'a' a 'd' do paragrafo único do artigo 11 da lei 8.212 de 24 de julho de 1991 conforme portaria conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02/10/2014);
- **13.3.4.2.** Estadual, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Estaduais, emitida pela Fazenda Estadual do respectivo do domicílio ou sede do licitante;
- 13.3.5.3. Municipal, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Municipais, emitida pela Fazenda Municipal do respectivo do domicílio ou sede do licitante;
- 13.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;







- 13.3.7. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida no caso de virem a ser a(s) adjudicatária(s) deste certame, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006 e redação dada pela Lei 147/2014;
- 13.3.7.1. As microempresas e empresas de pequeno porte deverão, no entanto, apresentar os documentos elencados nos subitens 8.3.1 a 8.3.5 deste Edital, mesmo que contenham alguma restrição;
- 13.3.7.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigida neste Edital, será(ão) assegurado(s), à(s) microempresa(s) e empresa(s) de pequeno porte adjudicatária(s) deste certame, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que for(em) declarada(s) à(s) vencedora(s), prorrogáveis por igual período, a critério daPrefeitura, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 13.3.7.3. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem 8.3.7.2, implicará decadência do direito à(s) contratação(ões), sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar(em) a(s) contratação(ões), ou revogar a licitação.
- 13.7 O tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, somente é aplicável no que concerne aos documentos relativos a Regularidade Fiscal e Trabalhista, conforme previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006 e Art. 29, inciso I a IV da Lei 8.666/93. O tratamento diferenciado não é aplicável a Habilitação Jurídica, Qualificação Técnica e Qualificação Econômico-Financeira.

13.9 - Qualificação Técnica:

- 13.9.1 A Qualificação Técnica será comprovada, mediante a apresentação da seguinte documentação:
- 13.9.1.1 Atestado(s) de capacidade técnica para o desempenho de atividade semelhante em características com o objeto da licitação, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado;
- 13.9.1.2- Declaração de que o licitante tem pleno conhecimento das exigências do Edital e do objeto licitado.
- 13.9.1.3-Para os itens de serviços, apresentar declaração de que o licitante tem plena capacidade de estrutura física capaz de realizar o objeto licitado de acordo com o Termo de Referência e Manual de Execução Contratual, sem que haja sublocação do serviço, ou seja, de que os serviços de alinhamento, balanceamento e cambagem serão realizados em estrutura física registrada no CNPJ do licitante participante. (O endereço que será realizado o serviço deve, impreterivelmente, constar no CNPJ do licitante participante). Esta declaração sofrerá diligência por parte da Prefeitura de Carmópolis, a fim de constatar *in loco* as informações expostas. A não veracidade dos fatos acarretará em inabilitação do licitante.







13.10 - Qualificação Econômico-Financeira:

- 13.10.1 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do exercício anterior, já exigível na forma da Lei, registrado ou autenticado pela Junta Comercial, onde se comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03(três) meses da data de apresentação da proposta.
- 13.10.1.1- A boa situação financeira da empresa Licitante será comprovada mediante análise das demonstrações financeiras do item anterior em função do Índice de Liquidez Geral ILG igual ou maior que 1,00, conforme formula abaixo:

ILG = Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

- 13.10.1.2 Deverá estar expresso no balanço da licitante o cálculo do ILG conforme fórmula acima ou em folha à parte, carimbada e assinada pelo contador da empresa;
- 13.10.1.3 As empresas constituídas no presente exercício deverão apresentar, para fins de comprovação da sua situação econômico-financeira, o balanço de abertura registrado ou autenticado pela na Junta Comercial, não lhes cabendo apresentar o cálculo do índice de liquidez geral.
- 13.10.2 Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante ou através da internet.

13.11 - Outros Elementos:

建基金基本等 25米 的复数医生物

- 13.11.1 Declaração de Inexistência de Empregados Menores nos moldes do Anexo IV.
- 13.11.2. Declaração relativa a Fatos Impeditivos, em papel timbrado (personalizado) da empresa:
- 13.11.2.1. De que não está inidônea, nem se encontra impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem assim, de que está ciente da obrigatoriedade de informar a Prefeitura Municipal de Malhador Sergipe a superveniência de qualquer fato que passe a caracterizar qualquer um desses impedimentos, conforme modelo no Anexo V ("Modelo Declaração Inexistência de Fatos Impeditivos").
- 13.12 A falta de qualquer dos documentos exigidos neste edital implicará na inabilitação da licitante, sendo vedada a concessão de prazo para a complementação da documentação exigida, exceto nos casos estabelecidos no item 13.6 deste edital.
- 13.13 No julgamento da habilitação, caso haja dúvida relativa ao conteúdo do(s) atestado(s) apresentado(s) pelas licitantes, a pregoeira fixará o prazo de 24h (vinte e quatro horas), para apresentação de documentos como: contrato(s) de fornecimento, nota(s) de empenho(s), nota(s) fiscal(is), autorizações de fornecimento, entre outros, conforme o caso, que deram origem ao(s)







atestado(s) apresentado(s), para comprovação da veracidade das informações, com base no Art. 43, §3° da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações. O prazo poderá ser prorrogado por igual período a pedido da licitante, desde que seja justificado.

13.14 – No caso de todas as licitantes serem inabilitadas a pregoeira poderá conceder o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação escoimada dos defeitos motivadores de sua inabilitação, com base legal no art. 48 §3°, da Lei Federal nº 8.666/93.

14.0 - IMPUGNAÇÃO E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO DO EDITAL

- 14.1 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital a licitante que não o fizer até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a realização do Pregão, de acordo com o Decreto Municipal nº 3568/2019, apontando de forma clara e objetiva as falhas e/ou irregularidades que entende viciarem o mesmo.
- **14.1.1** Caberá à pregoeira decidir, no prazo de 02 (dois) dias úteis, conforme Decreto Municipal n° 3568/2019, sobre a impugnação interposta. Se procedente e acolhida a impugnação do edital, seus vícios serão sanados e nova data será designada para a realização do certame.
- 14.1.2 A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente.
- 14.2 As impugnações ao edital devem ser formuladas por escrito, impressas no papel timbrado da licitante, carimbadas e assinadas pelo Representante Legal da Empresa e protocoladas no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Carmópolis. Deve, ainda, ser anexado à impugnação cópia do contrato social da empresa, RG e CPF do sócio se interposta pelo sócio e se interposta pelo Procurador, procuração com firma reconhecida em Cartório, contrato social, RG e CPF do Procurador da Licitante.
- 14.3 Os pedidos de esclarecimentos devem ser formulados por escrito, impressos no papel timbrado da licitante, carimbados e assinados pelo Representante Legal da Empresa e encaminhados a pregoeira via fax ou através do e-mail <u>licitacaocarmopolis.se@gmail.com</u> até 02(dois) dias úteis da data designada para realização do Pregão.

15.0 - RECURSOS

- 15.1 A manifestação da intenção de interpor recurso, pleiteada pela licitante, deverá ser feita ao final da sessão, com registro em ata da síntese das suas razões de recorrer, momento a partir do qual será concedido ao interessado o prazo de 03 (três) dias para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para apresentar as contrarrazões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- **15.1.1** A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão deste Pregão, implicará decadência desse direito da licitante, devendo a pregoeira adjudicar o objeto à vencedora.







- 15.1.2 Na hipótese da interposição de recurso, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, nos termos do Art. 109, §5°, Lei n° 8.666/93.
- 15.1.3 O recurso terá efeito suspensivo e seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento;
- **15.1.4** Os recursos deverão ser protocolados no Setor de Licitação, das 08:00h às 13:00h, dirigidos ao Prefeito Municipal, por intermédio da pregoeira e observarão:
- 15.1.4.1 quanto a sua interposição, o prazo de 03(três) dias, a contar da manifestação de sua intenção de recorrer, registrada em ata;
- 15.1.4.2 a forma escrita, com a assinatura do representante legal da licitante, quando apresentação das razões do recurso;
- 15.1.4.3 a legitimidade e o interesse recursais;
- 15.1.4.4 a fundamentação.
- 15.1.5 Findo o prazo para contrarrazões a pregoeira analisará o(s) recurso(s), instruirá o processo e poderá reconsiderar sua decisão ou, então, o encaminhará ao Prefeito Municipal dentro do prazo de 03(três) dias. O Prefeito Municipal terá o prazo de 03(três) dias para decidir sobre o recurso. Proferida a decisão será informada a(s) licitante(s) recorrente(s).

16.0 – PROPOSTA REFORMULADA

- 16.1 A(s) Licitante(s) Vencedora(s) terão o prazo de 03(três) dias úteis para apresentação da Proposta Reformulada original.
- 16.2 A Proposta Reformulada deverá ser confecciona de acordo com o modelo de proposta deste Edital, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo Representante Legal da Licitante.

17.0 – ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

- 17.1 O objeto da licitação será adjudicado a(s) licitante(s) vencedora(s), por ato da pregoeira, caso não haja interposição de recurso, ou pelo Prefeito Municipal, após a regular decisão dos recursos apresentados.
- 17.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, o Prefeito Municipal homologará o procedimento licitatório.

18.0 – FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA







- 18.1 Homologado o resultado da licitação, o Município de Carmópolis (Órgão Gerenciador), respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da convocação, proceder à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento, nas condições estabelecidas.
- 18.2 O prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela licitante convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município.
- 18.3 No caso da licitante vencedora não atender a convocação ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações previstas neste Edital e seus Anexos, poderá o Município convocar as licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 18.4 O Órgão Gerenciador providenciará a assinatura da Ata de Registro de Preços e encaminhará cópias aos órgãos participantes, quando houver.
- 18.5 A Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.
- 18.6 Serão registrados na Ata de Registro de Preços, nesta ordem:
- 18.6.1 os preços e quantitativos da Licitante mais bem classificada durante a etapa competitiva;
- 18.6.2 os preços e quantitativos das Licitantes que tiverem aceitado cotar seus bens ou serviços em valor igual ao da Licitante mais bem classificada.
- 18.7 Caso haja mais de uma Licitante na situação de que trata o subitem 18.6.2, estas serão classificadas segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.
- 18.8 O registro a que se refere o ítem 18.6.2 tem por objetivo a formação de cadastro reserva, no caso de exclusão da primeira colocada, nas hipóteses previstas no item 22.0 deste Edital.

19.0 – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

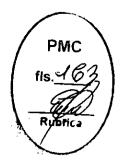
- 19.1 O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços e nas condições previstas neste Edital e seus Anexos.
- 19.2 A vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contada da data de sua assinatura, nos termos do que dispõe o inciso III do §3º do artigo 15 da Lei 8.666/93.

20.0 – DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1 – O Órgão Gerenciador será o Município de Carmópolis, CNPJ nº 13.108.535/0001-22, único responsável pela administração da Ata de Registro de Preços decorrentes desse processo licitatório.







21.0 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PRECOS

- 21.1 O Proponente terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:
- **21.1.1** A pedido, quando:

- 21.1.1.1 Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- 21.1.1.2 O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.
- 21.1.2 Por iniciativa do Órgão, quando:
- 21.1.2.1 Não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 21.1.2.2 Perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 21.1.2.3 Por razões de interesse público, devidamente, motivado e justificado;
- 21.1.2.4 Não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- 21.1.1.5 Não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, as Notas de Empenho ou as Ordens de Fornecimento da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
- **21.1.1.6** Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;
- 21.1.1.7 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Município fará o cancelamento da Ata de Registro de Preços e informará aos Proponentes a nova ordem de registro.

23.0 - DO CONTROLE E ALTERAÇÕES DE PREÇOS

- 23.1 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou cancelados por fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 23.2 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o Órgão Gerenciador convocará as fornecedoras para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.







- 23.3 Comprovada a redução dos preços praticados no mercado, nas mesmas condições do registro, e definidos o novo preço a ser pactuado pela Administração, a Licitante Vencedora registrada será convocada pelo Município para alteração do preço da Ata de Registro de Preços, mediante aditamento.
- 23.4 As Fornecedoras que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberadas do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 23.5 A ordem de classificação das Fornecedoras que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- **23.6** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e a Fornecedora não puder cumprir o compromisso, o Órgão Gerenciador poderá:
- **23.6.1** liberar a Fornecedora do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do Ordem de Fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 23.6.2 convocar as demais Fornecedoras para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 23.7 Não havendo êxito nas negociações, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

24.0 - CONTRATAÇÃO

24.1 – O Termo de Contrato de Fornecimento será substituído pelas Notas de Empenhos ou pelas Ordens de Fornecimentos na forma do § 4º, inciso II do artigo 62 da Lei nº 8.666/93, observando as disposições do Termo de Referência (Anexo I deste Edital).

25.0 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

25.1 – As obrigações do Contratante e da Contratada são aquelas estabelecidas na Minuta da Ata de Registro de Preços, anexa a este Edital.

26.0 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **26.1** Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das demais cominações legais, a Licitante que:
- **26.1.1** Negar-se a receber ou não retirar a Nota de Empenho.
- 26.1.2 Não assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocado no prazo de validade de sua proposta.
- 26.1.3 Deixar de entregar a documentação exigida no edital.







- 26.1.4 Apresentar documentação falsa.
- 26.1.5 Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão.
- **26.1.6** Falhar ou fraldar na execução do contrato.
- 26.1.7 Não mantiver a proposta.
- 26.1.8 Comportar-se de modo inidôneo.
- 26.1.9 Fizer declaração falsa.
- 26.1.10 Cometer fraude fiscal.
- 26.2 Além da sanção prevista no item anterior, a Administração poderá aplicar a Contratada as seguintes penalidades, pelo atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do contrato:
- 26.2.1 Advertência.
- 26.2.2 Multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) ao dia, aplicada sobre o valor dos itens faltantes, no caso de atraso na entrega.
- 26.2.3 Multa de 10% (dez por cento), aplicada sobre o valor da Ordem de Fornecimento, no caso de recusa injustificada em retirar a Nota de Empenho.
- 26.2.4 Multa de 10% (dez por cento), aplicada sobre o valor da Ordem de Fornecimento, no caso de inexecução total ou rescisão por culpa do licitante.
- 26.2.5 Multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), ao dia, aplicada sobre o valor da Ordem de Fornecimento, por descumprimento de outras obrigações previstas neste Edital e seus Anexos.
- **26.3** A multa será aplicada até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor das Ordens de Fornecimentos, e poderá descontada dos pagamentos devidos pelo Município, ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente.
- **26.4** As sanções previstas neste edital somente serão aplicadas através de regular processo administrativo, observadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
- 26.5 Da aplicação das penalidades caberá recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

27.0 – PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

27.1 – O Município de Carmópolis será o Órgão responsável pelo controle e administração da Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação.







- 27.2 A emissão das Ordens de Fornecimentos será da inteira responsabilidade e iniciativa dos órgãos usuários do registro, cabendo aos mesmos todos os atos de administração junto as Fornecedoras e serão formalizados através da emissão da(s) Nota(s) de Empenho(s).
- 27.3 Não poderá ser emitida qualquer Ordem de Fornecimento sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.
- 27.4 As entregas das mercadorias acontecerão no Almoxarifado Municipal e a prestação dos serviços será realizada na Oficina da Contratada.
- 27.5 As entregas das mercadorias deverão acontecer dentro do prazo de 05(cinco) dias, contados dos recebimentos das Ordens de Fornecimentos, expedidas pela Autoridade Competente. Os serviços deverão ser realizados no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas) contados do recebimento da Ordem de Serviços, expedidas pela Autoridade Competente.
- **27.6** As mercadorias serão recebidas e conferidas por Servidores designados pela Autoridade Competente que atestarão o recebimento através de aposição de carimbo na Nota Fiscal.
- 27.7 Na hipótese dos produtos entregues não atenderem as especificações deste Edital e seus Anexos serão devolvidos mediante Termo de Devolução das mercadorias. Neste caso, a Fornecedora deverá providenciar a substituição dos produtos devolvidos por outro escoimados dos defeitos apontados no Termo de Devolução, no prazo máximo de 24hs (vinte e quatro horas), contados do recebimento da comunicação expedida pela Autoridade Competente, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital.
- 27.8 Cumpridas as formalidades a Autoridade Competente atestará as Notas Fiscais através de aposição de carimbo com assinatura e as encaminhará ao Município para pagamento.

28.0 - PAGAMENTO

- **28.1** Os pagamentos serão efetuados a cada entrega, no valor correspondente as Ordens de Fornecimentos comprovadamente atendidas, mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 28.1.1 Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) e liquidada(s);
- 28.1.2 Prova de regularidade Fiscal e Trabalhista.
- 28.2 Havendo disponibilidade financeira e cumpridas as formalidades, o Município efetuará o pagamento das faturas até o décimo dia útil da apresentação das mesmas na Tesouraria Municipal.
- 28.3 Nenhum pagamento será efetuado na ocorrência de qualquer uma das situações abaixo especificadas:
- 28.3.1 A falta de atestação pelo Setor Competente, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela Contratada;







- 28.3.2 Na hipótese de estarem os documentos discriminados no subitem 28.1.2 com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo ao Município nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento;
- 28.3.3 Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que a Fornecedora apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, esta poderá ter seu registo cancelado unilateralmente pelo Município, ficando assegurado a Fornecedora, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento dos produtos efetivamente entregues e atestados;
- **28.3.4** O Município poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada;
- 28.3.5 Para efeito de pagamento, serão computados apenas os quantitativos efetivamente fornecidos.

29.0 – ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

29.1 – É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos e valores fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive os acréscimos de que tratam o §1º e a alínea "d" do inciso II, ambos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, de acordo com o Decreto nº 133 de 02 de dezembro de 2015.

30.0 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

30.1 – As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Programa da Prefeitura Municipal de Carmópolis, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo do órgão contratante, tomada as cautelas de realização de empenho prévio a cada necessidade de serviços, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão nas respectivas Notas de Empenhos, com dotação suficiente, obedecendo à classificação pertinente, sendo desnecessária sua informação em face de se tratar de Sistema de Registro de Preços.

31.0 - DISPOSIÇÕES FINAIS

- 31.1 Consoante disposição da Lei nº 8.666/93, a Administração, caso tenha conhecimento posterior ao julgamento da licitação sobre atos ou fatos que desabonem a idoneidade financeira, técnica ou administrativa da adjudicatária, mediante despacho fundamentado, poderá desclassificar a licitante vencedora da presente licitação, mesmo já tendo ocorrido a assinatura da Ata de Registro de Preços e retirada da Nota de Empenho, sem que caiba à mesma o direito à indenização ou ressarcimento, e sem prejuízo de aplicação das sanções cabíveis, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 31.2 A participação nesta licitação implica na aceitação integral e irretratável das normas deste Pregão, inclusive dos seus Anexos, sujeitando-se a licitante as sanções previstas nos artigos 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93 e art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02.







- 31.3 Será facultada aa pregoeira ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar originalmente na proposta.
- 31.4 A pregoeira prestará todos os esclarecimentos solicitados pelos interessados nesta licitação, sobre o Edital e seus Anexos, estando disponível para atendimento de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 13:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitação, na Sala de Licitações, situada a Praça 16 de outubro, n° 135 Centro, Carmópolis Sergipe, ou pelos telefones indicados no preâmbulo deste Edital.
- 31.4.1 Se a licitante desejar tirar dúvidas sobre este edital pessoalmente com a pregoeira, deve agendar previamente visita à Sala da Comissão Permanente de Licitação, através dos telefones indicados no topo.
- 31.5 Não havendo expediente no dia marcado para a abertura dos envelopes, ficará a reunião adiada para o primeiro dia útil subsequente, à mesma hora e local.
- 31.6 Os casos omissos serão resolvidos pela pregoeira com base na legislação pertinente.
- 31.7 Constitui Anexos deste Edital:
- I Termo de Referência;

- II Modelo de Proposta;
- III Modelo de Declaração de Cumprimento aos Requisitos de Habilitação
- IV Modelo de Declaração de Inexistência de Empregados Menores;
- V Minuta da Ata de Registro de Preços.
- VI Minuta da Ordem de Fornecimento / Ordem de Serviço

Carmópolis/SE, 21 de março de 2019.

Reniva Passos Oliveira Pregoeira Oficial







ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 - REGISTRO DE PREÇOS, para aquisição de pneus e serviços de alinhamento, balanceamento e cambagem da frota de veículos automotores pertencentes a Prefeitura Municipal de Carmópolis, ao Fundo Municipal de Assistência Social e ao Fundo Municipal de Saúde de Carmópolis.

2 - JUSTIFICATIVA:

A PREFEITURA E DEMAIS FUNDOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE CARMÓPOLIS/SE, são os órgãos da Administração direta encarregados de atuar na prestação de serviços públicos na sua competência, trabalhando preventivamente e corretivamente para melhoria de vida da população. O objeto deste termo é necessário pelos motivos que aqui iremos discorrer.

A aquisição visa atender as necessidades das demandas da Prefeitura Municipal de Carmópolis, do Fundo Municipal de Saúde e do Fundo Municipal de Assistência Social no que se refere ao fornecimento de pneus bem como serviços de pneus diversos.

Realização de alinhamento e balanceamento de rodas é fundamental para garantir maior vida útil dos pneus e a segurança dos passageiros do veículo. O serviço de alinhamento e Balanceamento consiste na correção dos ângulos na suspensão em pivôs e terminais de direção, o que permite o ajuste das rodas para que o pneu tenha o mínimo atrito possível com o solo e um rodar livre no eixo de rotação. E recomendado fazer o alinhamento e balanceamento de rodas a cada troca de pneus. Essas medidas preventivas contribuem para tornar a viagem mais tranquila e possibilitam maior economia para administração, pois aumentam a durabilidade dos pneus. Justificamos também a importância de realizar o serviço de cambagem nos veículos da administração, pois o mesmo tem o objetivo de distribuir o peso do carro sobre a banda de rodagem, isso evitará que a vida útil do pneu diminua, bem como alterações indesejáveis na direção. Os quantitativos a serem executados foram estimados pelas próprias unidades administrativas. Vale salientar ainda as vantagens de se utilizar o sistema de registro de preços: independe de previsão orçamentária, isso porque não há a obrigatoriedade da contratação, portanto não há necessidade de se demonstrar a existência do recurso, apenas quando da efetivação da compra. Esse procedimento de compra é adequado à imprevisibilidade de consumo, pois como não há a obrigatoriedade da contratação, a Administração poderá efetivar a contratação somente quando houver a necessidade. Propicia ainda a redução de volume de estoque, pois a Administração deve requisitar o objeto cujo preço foi registrado somente quando houver demanda, sem a necessidade de manter grandes estoques, estes ficarão a cargo do fornecedor, que deve estar preparado para realizar as entregas, sempre que a Administração requisitar. O fracionamento de despesa é evitado, pois o Registro de Preços exige que a Administração realize um planejamento para o período de vigência determinado. Proporciona a redução do número de licitações, como o período de vigência do Registro de Preços poderá ser de até 01 ano, possivelmente se realizará um processo licitatório por ano. As aquisições ficarão mais ágeis, pois a licitação já estará realizada, as condições de fornecimento estarão ajustadas, os preços e os respectivos fornecedores já estarão definidos, assim, a partir da necessidade a Administração somente solicitará a entrega do bem ou prestação do serviço e o fornecedor deverá realizar o fornecimento conforme condições anteriormente ajustadas.







3. QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADOS PARA AQUISIÇÕES

Em cumprimento ao inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 147/2014, 25% da quantidade estimada dos itens 21, 22, 26, 28 e 31, correspondente a 25% do valor estimado, serão destinados, exclusivamente, às ME's e EPP's, em atendimento aos preceitos do art. 48, inc. III da LC nº 123/2006. Em não havendo ME's e EPP's no respectivo item, os mesmos serão redirecionados as demais licitantes.

Os demais itens serão todos exclusivamente para as ME's e EPP's, em atendimento a redação da Lei 147/2017.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	РМС	FMS	FMAS	TOTAL	QUANT. 25% DESTINAD OS A ME'S E EPP'S	QUANT. 75% TODAS EMPRESAS PODERÃO PARTICIPAR
1	CÂMARA DE AR 9.5/24	UND	15	***	•	15	-	-
2	CÂMARA DE AR 18.9/28	UND	15			, 15	•	- -
3	CÂMARA DE AR 18.4/30	UND	16			16	-	-
4	CÂMARA DE AR 750/16	UND	60			60	-	-
5	CÂMARA DE AR 1000/20	UND	50			50	-	-
6	CÂMARA DE AR 17.5/25	UND	10			10	-	
7	PROTETOR 1000/20	UND	80			80	-	-
8	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 175/70/13 Dianteiro e trazeiro	UND	40	10	44	50	-	-
9	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 175/70/14 Dianteiro e trazeiro	UND	120	30	10	160	-	-







		Prego	eira e	Equip	e de A	poio		
10	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 185/70/14 Dianteiro e trazeiro	UND	25	30	20	75	-	<u>-</u>
11	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 195/65/15 Dianteiro e trazeiro	UND	30		20	50	-	<u>-</u>
12	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 205/70/15 Dianteiro e trazeiro	UND 	20	15	15	50	بول	-
13	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 195/60/16 Dianteiro e trazeiro	UND	18		12	30		•
14	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 205/75/16 Dianteiro e trazeiro	UND	50		20	70	-	-
15	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões205/75/15 Dianteiro e trazeiro	UND	16	4		20	-	-
16	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO	UND	15			15	-	





PMC
fls. 172
Habrica

		Prego	eira e	Equip	e de A	poio		
	9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 245/70/16 Dianteiro e trazeiro			• • • • • • • • • • • • • • • • • • •				-
17	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 195/75/16 Dianteiro e trazeiro com padrão de qualidade Pirelli, Goodyear, Firestone, Michelin,ou de qualidade similar, devendo possuir selo de aprovação do INMETRO.	UND	15			15		-
18	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015)l, produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 265/65/17 Dianteiro e trazeiro	UND	15		,	15	-	-
19	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 215/75/17.5 Dianteiro	UND	20	10	e de la companya de l	. 30	·	•
20	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 215/75/17.5 trazeiro	UND	20	10		30	-	-
21	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015) produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 275/80/22,5 Dianteiro	UND	80			80	20	60
22	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não	UND	120			120	30	90





_		rrego	eira e	<u> Էզս</u> յք	e de A	1P010		
	recondicionado e/ou]					
	remanufaturado, dimensões		1					
	275/80/22,5 trazeiro							
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		-	-			· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
23	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 295/80/22,5 Dianteiro	UND	20			20	-	-
24	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 295/80/22,5 trazeiro	UND ·	25			25	-	-
25	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015) produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 1000/20 dianteiro	UND	30			30	-	-
26	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 1000/20 trazeiro	UND	50		١	50	12	38
27	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 9.5/24 Dianteiro	UND	20	ŀ	i	20	-	<u>-</u>
28	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015)l, produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 18.4/30 trazeiro	UND	20			20	05	15
29	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO	UND	60			60	-	
28	9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 9.5/24 Dianteiro PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015)l, produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 18.4/30 trazeiro PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as	UND	20	1	i	20	05	15





PMC
fis. 174
Ruprica

		Prego	eira e	Equip	e de A	крото		
	9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 750/16 carreta do trator							-
30	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO. cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 12.5/18 dianteiro	UND	30			30	-	•
31	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 19.5/24 trazeiro	UND	20	¥		20	05	15
32	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 12.16,5 dianteiro e trazeiro (Bobcat)	UND	25			25	-	-
33	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 2.75/18 dianteiro	UND	12			12		
34	PNEU VEICULO AUTOMOTIVO, certificado pelo INMETRO, cumprindo as normas da ABNT (NBR ISSO 9001:2015), produto novo, não recondicionado e/ou remanufaturado, dimensões 90/90/18 trazeiro	UND	12			12		,

R\$ 1.465.665,60 (um milhão, quatrocentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e sessenta centavos) referente a aquisição de pneus, que será o preço estimado máximo admissível

3.1.QUANTITATIVOS E VALOR ESTIMADOS PARA SERVIÇOS

Todos os itens será exclusivamente para as ME's e EPP's, em atendimento a redação da Lei 147/2017 Em cumprimento ao inciso I do artigo 48 da Lei Complementar nº 147/2014.









Item	Descrição	Unid	PMC	PMS	PMAS	TOTAL
1	Alinhamento veículos leves	Unid	70	30	10	100
2	Balanceamento veículos leves	Unid	210	100	40	350
3	Cabagem veículos leves	Unid	70	30		100
4	Alinhamento veículos leves (Pic-ups e utilitários)	Unid	60			60
5	Balanceamento veículos leves (Pic-Ups e Utilitários)	Unid	150			150
6	Cambagem veiculos leves (Pic-ups e Utilitários)	Unid	40	•		40
7	Alinhamento veículos pesados	Unid	50	10		60
8	Balanceamento veiculos pesados	Unid	50	10		60

R\$58.850,60 (cinquenta e oito mil, oitocentos e cinquenta reais e sessenta centavos), para serviços de alinhamento, balanceamento e cambagem que será o preço estimado máximo admissível.

3.2. A estimativa total da aquisição e dos serviços para um período de 12 (doze) meses é de R\$ 1.524.516,20 (um milhão, quinhentos e vinte e quatro mil, quinhentos e dezesseis reais e vinte centavos), calculada com base nas pesquisas de mercado, bem como as despesas efetuadas com aquisição de pneus e serviços de alinhamento, balanceamento e cambagem Deste valor total, teríamos as seguintes previsões:

4 - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

As entregas serão solicitadas da seguinte forma:

- 4.1- A unidade administrativa requerente se compromete a retirar o material (pneu) no local indicado pela contratada quando forem também solicitados serviços de alinhamento e balanceamento, ou até mesmo o serviço de cambagem.
- 4.2- Ao solicitar somente o material (pneu) a empresa contratada deverá entregar os pneus conforme nota de empenho no prazo máximo de 05 dias após recebimento da nota de empenho no endereço do almoxarifado central da Prefeitura Municipal de Carmópolis no horário das 07h30min às 13h00min de segunda a sexta.
- 4.3-Para que os serviços sejam executados será necessário o deslocamento dos veículos da administração até o local indicado pela contratada, por isso, visando a eficiência nesta contratação é necessário que a contratada indique local para realização dos serviços.

5 – FORMA DE EXECUÇÃO:

5.1 Os serviços deverão ser executados conforme solicitado pelas unidades administrativas em nota de empenho e através de ordem de fornecimento no prazo máximo de 48h. A parcela solicitada na nota de empenho deverá ser entregue e/ou executada em parcela única pela contratada.

P



PMC
fis. 746
Ryorica

5.2 Após a troca dos pneus, os materiais (pneus) usados deverão ser devolvidos a unidade administrativa requerente na mesma ocasião da troca.

6 - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado mensalmente, através da apresentação das Notas Fiscais da Contratada ao Setor de Transportes, acompanhada das Ordens de Serviços, dos Termos de Aceite Definitivo dos serviços realizados no mês e das certidões Negativas: Previdência Social - CND, expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS; Certificado de Regularidade de Situação do FGTS - CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, emitida no portal da Justiça do Trabalho, as Certidões Negativas de Débitos para com as fazendas Federal, emitida no portal da Receita Federal, Estadual, emitida no portal da Fazenda Estadual e Municipal, que depois de atestado a regularidade das mesmos encaminhará a referida documentação a Secretaria de finanças, para o efetivo pagamento dos serviços executados.

7- OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 7.1-Promover a fiscalização dos objetos desta licitação, quanto ao aspecto quantitativo e qualitativo, a serem executados pela **CONTRATADA**;
- 7.2- Permitir o acesso dos funcionários da Contratada às dependências da Contratante, quando da necessidade da prestação de serviço;
- 7.3- Prestar informações e esclarecimentos atinentes ao serviço, que venham a ser solicitadas pelos funcionários da Contratada;
- 7.4 Encaminhar à Contratada os veículos objeto dos serviços, devidamente acompanhados da Ordem de Serviço, expedida pelo Setor de Transportes, que deverá indicar as condições do veículo ao entrar na oficina, em duas vias, devidamente assinadas pelo responsável pelo veículo e pela oficina, sendo a primeira via destinada à Contratada e a segunda ao Setor de Transportes;
- 7.5– Aplicar ao fornecedor registrado as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 7.6 Acompanhar e fiscalizar, com rigor, o cumprimento do objeto desta contratação, a fim de que os serviços sejam realizados com eficiência e que sejam utilizados somente peças e acessórios originais;
- 7.7 Dar ciência à Contratada imediatamente sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto;
- 7.8 Rejeitar quaisquer serviços executados equivocadamente ou em desacordo com as orientações fornecidas nas Ordens de Serviço expedidas pelo Setor de Transportes e solicitar que o serviço rejeitado seja refeito;
- 7.9- Verificar e atestar, ao receber a Nota Fiscal, se os valores cobrados estão de acordo com o pactuado contratualmente;
- 7.10 Efetuar o pagamento à **CONTRATADA** de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no edital e Ata de Registro de Preços.

8 - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

8.1 - A Contratada se obriga a fornecer os produtos e prestar os serviços relativos ao objeto licitado, sendo de sua inteira responsabilidade dos serviços, quando constatados não estar em conformidade com as referidas especificações;







- 8.2 Designar preposto para atender aos chamados e exigências da Contratante;
- 8.3 Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como por omissões ou erro na elaboração de estimativas de custos que redundem em aumento de despesa para a Contratante;
- 8.4 Fornecer aos seus empregados todos os equipamentos de proteção individual de caráter rotineiro e cumprir e fazer cumprir todas as normas sobre segurança do trabalho;
- 8.5 Fornecer ao Setor de Transportes as Tabelas de Tempo de Execução de Trabalhos quando necessário:
- 8.6 A Contratada deverá comunicar imediatamente ao Setor de Transportes qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do contrato;
- 8.7 Prestar serviços, somente a veículos devidamente autorizados pela Contratante;
- 8.8 A Contratada deverá credenciar preposto para representá-la permanentemente junto à Contratante, com a incumbência de resolver todos os assuntos relativos à execução do contrato, sempre por escrito, ressalvados os entendimentos verbais determinados pela urgência de cada caso;
- 8.9 Apresentar, sempre que solicitados, documentos que comprovem a procedência do fornecimento e dos serviços destinadas à substituição;

9- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 9.1 A Licitante poderá vistoriar a frota dos veículos no Setor de Transportes, por intermédio de seu representante, para inteirar-se das condições dos veículos, em companhia de servidor para esse fim;
- 9.2 O Contratado não poderá alegar desconhecer dificuldades, características ou obstáculos como justificativa para acréscimos de preços e prazos;
- 9.3 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que os mesmos não têm vínculo empregatício com a Contratante;
- 9.4 Responder pelos danos causados diretamente à Administração deste Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento por parte deste.







ANEXO II MODELO DE PROPOSTA

/, de de 2019.
Ao
Pregoeira Municipal. Poforento Prego Pregoncial nº 02/2010 SPR
Prezado Senhor, Referente Pregão Presencial nº 03/2019-SRP.
A empresa
prazo de 05(cinco) dias contados do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Autoridade Competente.
Realizaremos os serviços na oficina em até 48h (quarenta e oito horas) contados do recebimento da Ordem de Fornecimento expedida pela Autoridade Competente.
A nossa proposta totalizou em R\$
Os pagamentos serão efetuados a cada entrega, no valor correspondente as Ordens de Fornecimento comprovadamente atendidas.
Manteremos nossa proposta válida até 60(dias) dias de sua abertura.
Declaramos que nos preços ofertados estão inclusas todas as despesas com transporte, taxas, tributos, impostos, encargos etc.
Segue em anexo planilha orçamentária com a especificação completa dos produtos, marcas, modelos, preços unitários e totais.
Dados pessoais do Representante Legal: Nome: RG n°: CPF n°: Estado Civil: Endereço: Dados Bancários: Banco: Agência: Conta Corrente: Sem mais,
Carimbo e assinatura do Representante Legal





PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

PNEUS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA/MODELO	UND	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
					·	

SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA / MODELO	UNID	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	· · · · ·			1	
			1	;	
					,
			÷	,	}
			:		
	700		1		

Local e data. Carimbo e assinatura do Representante Legal

新聞を のでは、 のでは、







ANEXO III

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 09/2019-SRP.

OBJETO RESUMIDO: Aquisição de pneus e serviços de alinhamento, balanceamento e cambagem da frota de veículos automotores pertencentes à Prefeitura Municipal de Carmópolis, ao Fundo Municipal de Assistência Social e ao Fundo Municipal de Saúde
A empresa, inscrita no CNPJ sob n°, estabelecida, por intermédio de seu(ua) representante legal Sr°(a), brasileiro(a), maior, capaz, estado civil, profissão, residente e domiciliado(a), portador(a) da RG n° e do CPF n°, DECLARA, em
brasileiro(a), maior, capaz, estado civil , profissão , residente e domiciliado(a) , portador(a) da RG nº , e do CPF nº , DECLARA , em
obediência ao Art. 4°, item VII, da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigido no item do edital do pregão presencial acima referido.
As microempresas e empresas de pequeno porte deverão declarar, quando for o caso:
Declaramos, outrossim, que possuímos restrição fiscal nos documentos de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no artigo 43, §1°, da Lei Complementar 123/2006, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá nosso direito à contratação sujeitando-nos as sanções previstas no artigo 81 da Lei nº 8.666/93.
Local e data.
in the state of th
Carimbo e assinatura do Representante Legal





ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE EMPREGADOS MENORES

A empresa	, inscrita no CNPJ sob n°, estabelecida
	por intermédio de seu(ua) representante legal Sr ^o (a).
profissão	capaz, residente e domiciliado(a), estado civil, portador(a) da RG nº e do CPF nº
DECLARA, para os junho de 1993, acres	s fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de scido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de alho noturno, perigoso ou insalubre e (assinalar com X, conforme o caso):
() não emprega men	or de dezesseis anos.
() emprega menor, a	partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.
	(data da abartura das anvalanas)
· -	, (data da abertura dos envelopes).
•	(identificação e assinatura do declarante).
	·





ANEXO V

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

(em papel timbrado da empresa)

Ref.: Pregão Presencial SRP nº 09/2019.
Local e data
Assinatura e carimbo do representante legal CPF nº RG nº



新國主義等於主義主義等的主義。 第四三章 表現主義主義等的主義。



PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019 ANEXO VI MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº_ /2019.

13. 14. 15.

	_ dias do mês de	_, do ano de _	,	o MUNI	CÍPIO DI	E CARMÓ	POLIS,
Pessoa Jur	rídica de Direito Público Inte	erno, inscrito n	o CNF	J sob n°_		, c	om sede
administra	rídica de Direito Público Inte ativa à	, n°	_, C	entro,		/SE, ne	este ato
representa	do Prefeito Municipal Sr	Alberto Naro	cizo d	a Cruz 🛚	Neto , dora	avante deno	ominado
	ente de ÓRGÃO GEREN						
	s do objeto licitado através d						
	ão das propostas apresentad						
	ente de FORNECEDORA		mem o	o compro	misso de	fornecime	nto, nas
condições	estabelecidas nas cláusulas	a seguir:					
<u>CLÁUSU</u>	LA PRIMEIRA – OBJET	<u>o</u>					
1 1 – A nr	esente Ata tem por objeto o	REGISTRO	DE PR	 RECOS v	isando fiiti	ıras contrat:	ações de
	para fornecimento parcelado			-			-
	a (Anexo I), para suprir as						
	undo Municipal de Assistêno				•		•
	mpresas que registraram pre		fornec	imento do	s produtos	s, objeto da	presente
Ata de Re	gistro de Preços, são as segu	intes:					
EODNEC	SEDODA 01.	imaanita	 (NIDI gob	0		radiodo
FORNEC	CEDORA 01:	, inscrita	no (CNPJ sob	o n°	, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	sediada
FORNEC	CEDORA 01:	, inscrita	no (CNPJ sob RG n° _ elefone	n°	SSP/e	sediada CPF nº
FORNEC	CEDORA 01:, neste ato representado, residente e domiciliado	, inscrita	no (CNPJ sob RG n° _ elefone _	o n°	SSP/ e	sediada CPF nº
FORNEC	residente e domiciliado Especificação		, I	elefone _	Modelo	•	sediada CPF nº
	, residente e domiciliado		, I	elefone _		•	
Item	, residente e domiciliado		, I	elefone _		Preço	Preço
1. 2.	, residente e domiciliado		, I	elefone _		Preço	Preço
1. 2. 3.	, residente e domiciliado		, I	elefone _		Preço	Preço
1. 2. 3. 4.	, residente e domiciliado		, I	Marca		Preço	Preço
1. 2. 3. 4. 5.	, residente e domiciliado		, I	elefone _		Preço	Preço
1. 2. 3. 4. 5. 6.	, residente e domiciliado		, I	Marca		Preço	Preço
1. 2. 3. 4. 5. 6. 7.	, residente e domiciliado		, I	Marca		Preço	Preço
1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8.	, residente e domiciliado		, I	Marca		Preço	Preço
1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8. 9.	, residente e domiciliado		, I	Marca		Preço	Preço
1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. 8.	, residente e domiciliado		, I	Marca		Preço	Preço





16.							
17.							
18.				_			
19.			-				
20.			-	_	-		
21.							
22.							
23.							
24.							
25.			,				
26.							
27.							
28.							
29.							
30.					,	•	
31.			,				
32.		,					٠.
33.			1				
34.							
35.	,			-			
	Total:						
	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			,	_	,	

FORNECEDORA 02:	, inscrita no CNPJ sob nº	, sediada
, neste ato representado	, RG n°	SSP/ e CPF n
, residente e domiciliado	, Telefone	·

Item	Especificação	Und	Qnt	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total
1.							
2.							
3.							
4.							
5.							
6.							
7.							
8.							
9.						-	
10.				<u></u>			
11.							
12.							
13.							ļ
14.							
15.					<u></u> .		
16.			}				



PMC
fls. 185
Rubrica

17.						
18.						
19.						
20.						
21.						
22.		•				
23.						
24.						
25.						
26.						
27.						
28.						
29.						
30.						
31.	12		-			
32.		,				
33.		1	. **			
34.			,			
35.				,		
	;	Total:	ŀ		_	

<u>CLÁUSULA SEGUNDA – REVISÃO DOS PREÇOS</u>

- 2.1 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou cancelados por fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao Órgão Gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 2.2 Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado por motivo superveniente, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocará as **FORNECEDORAS** para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 2.2.1 Será respeitada a ordem de classificação das **FORNECEDORAS** que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado.
- 2.2.2 As **FORNECEDORAS** que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberadas do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 2.2.3 Na ocorrência dos preços registrados nesta Ata tornarem-se inferiores aos praticados pelo mercado e as **FORNECEDORAS** não puderem cumprir o compromisso, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá:
- 2.2.3.1 Liberar a **FORNECEDORA** do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes da emissão da Nota de Empenho, e sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e



PMC
fls. 186
Ryorica

- 2.2.3.2 Convocar as demais **FORNECEDORAS**, para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 2.4 Não havendo êxito na negociação, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** procederá a revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 3.1 Os pagamentos serão efetuados a cada entrega, no valor correspondente a(s) Nota(s) de Empenho(s) comprovadamente atendidas, mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 3.1.1 Nota(s) Fiscal(is) atestada(s) e liquidada(s);
- 3.1.2 Prova de Regularidade Fiscal e Trabalhista;
- 3.2 Havendo disponibilidade financeira e cumpridas as formalidades, os pagamentos serão efetuados até o décimo dia útil da apresentação das mesmas na Tesouraria Municipal.
- 3.3 Nenhum pagamento será efetuado na ocorrência de qualquer uma das situações abaixo especificadas:
- 3.3.1 A falta de atestação pelo Setor Competente, com relação ao cumprimento do objeto, das notas fiscais emitidas pela FORNECEDORA;
- 3.3.2 Na hipótese de estarem os documentos discriminados no subitem 3.1.2 com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo ao Município nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento;
- 3.3.3 Decorridos 15 (quinze) dias contados da data em que os pagamentos estiverem retidos, sem que a **FORNECEDORA** apresente a documentação hábil para liberação dos seus créditos, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá rescindir unilateralmente o compromisso assumido através da presenta Ata de Registro de Preços ficando assegurado a **FORNECEDORA**, tão somente, o direito ao recebimento do pagamento dos produtos efetivamente entregues e atestados;
- 3.3.4 O Município poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Contratada;
- 3.3.5 Para efeito de pagamento, serão computados apenas os quantitativos efetivamente fornecidos.

CLAUSULA QUARTA – REAJUSTE

4.1 - Os preços registrados são fixos e irreajustáveis.

CLÁUSULA QUINTA – VIGÊNCIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARMÓPOLIS Pregoeira e Equipe de Apoio



5.1 – O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura, nos termos do que dispõe o inciso III do § 3º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

- 6.1 O Município de Carmópolis será o Órgão responsável pelo controle e administração da Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação.
- 6.2 A emissão das Ordens de Fornecimentos será da inteira responsabilidade e iniciativa dos órgãos usuários do registro, cabendo aos mesmos todos os atos de administração junto as Fornecedoras e serão formalizados através da emissão da(s) Nota(s) de Empenho(s).
- 6.3 Não poderá ser emitida qualquer Ordem de Fornecimento sem a prévia existência do respectivo crédito orçamentário.
- 6.4 A entrega da mercadoria acontecerá no Almoxarifado Municipal.
- 6.5 O prazo para entrega do material é de 05 (cinco) dias, contados dos recebimentos das Ordens de Fornecimentos expedidas pela Autoridade Competente. O Prazo de máximo de execução dos serviços é de 48h (quarenta e oito horas), contados dos recebimentos das Ordens de Serviço expedidas pela Autoridade Competente.
- 6.6 A mercadoria e os serviços serão recebidos e conferidos por Servidores designados pela Autoridade Competente que atestarão o recebimento através de aposição de carimbo na Nota Fiscal.
- 6.7 Na hipótese dos produtos e serviços entregues não atenderem as especificações deste Edital e seus Anexos serão devolvidos mediante Termo de Devolução de Material. Neste caso, a Fornecedora deverá providenciar a substituição dos produtos devolvidos por outros escoimados dos defeitos apontados no Termo de Devolução, no prazo máximo de 24hs (vinte e quatro horas), contados do recebimento da comunicação expedida pela Autoridade Competente, sob pena de aplicação das penalidades estabelecidas neste Edital.
- 6.8 Cumpridas as formalidades a Autoridade Competente atestará as Notas Fiscais através de aposição de carimbo com assinatura e as encaminhará a Prefeitura para pagamento.

CLAUSULA SÉTIMA – PENALIDADES

- 7.1 Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002 ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das demais cominações legais, a **FORNECEDORA** que:
- 7.1.1 Negar-se a receber ou não retirar o pedido de Compra ou a Nota de Empenho.
- 7.1.2 Não assinar a Ata de Registro de Preços, quando convocado no prazo de validade de sua proposta.
- 7.1.3 Deixar de entregar a documentação exigida no Edital.
- 7.1.4 Apresentar documentação falsa.





- 7.1.5 Ensejar o retardamento da execução do objeto deste Pregão.
- 7.1.6 Falhar ou fraldar na execução do contrato.
- 7.1.7 Não mantiver a proposta.
- 7.1.8 Comportar-se de modo inidôneo.
- 7.1.9 Fizer declaração falsa.
- 7.1.10 Cometer fraude fiscal.
- 7.2 Além da sanção prevista no item anterior, a Administração poderá aplicar a **FORNECEDORA** as seguintes penalidades, pelo atraso injustificado ou inexecução total ou parcial do fornecimento:
- 7.2.1 Advertência.

播送你的东西等有需要要是

- 7.2.2 Multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) ao dia, aplicada sobre o valor dos itens faltantes, no caso de atraso na entrega.
- 7.2.3 Multa de 10% (dez por cento), aplicada sobre o valor da Ordem de Fornecimento, no caso de recusa injustificada d a Nota de Empenho ou da Ordem de Fornecimento.
- 7.2.4 Multa de 10% (dez por cento), aplicada sobre o valor da Ordem de Fornecimento, no caso de inexecução total ou parcial do fornecimento por culpa da **FORNECEDORA**.
- 7.2.5 Multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento), ao dia, aplicada sobre o valor da Ordem de Fornecimento, por descumprimento de outras obrigações previstas na presenta Ata de Registro de Preços.
- 7.3 A multa será aplicada até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor das Ordens de Fornecimentos, e poderá ser descontada dos pagamentos, ou cobrada diretamente da empresa, amigável ou judicialmente.
- 7.4 As sanções aqui previstas somente serão aplicadas através de regular processo administrativo, observadas as garantias constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
- 7.5 Da aplicação das penalidades caberá recurso ou pedido de reconsideração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

CLÁUSULA OITAVA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 — As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Pregão correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Programa da Prefeitura de Carmópolis, para os exercícios alcançados pelo prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a cargo do órgão contratante, tomada as cautelas de realização de empenho prévio a cada necessidade de compra, cujos programas de trabalho e elementos de despesas específicos constarão nas respectivas Notas de Empenhos, com dotação suficiente, obedecendo à classificação pertinente, sendo desnecessária sua informação em face de se tratar de Sistema de Registro de Preços.

CLÁUSULA NONA – CONTRATAÇÃO







- 9.1 O Termo de Contrato de Fornecimento será substituído pela Nota de Empenho ou pela Ordem de Fornecimento na forma do § 4°, inciso II do artigo 62 da Lei nº 8.666/93, observando as disposições do Termo de Referência.
- 9.2 As Nota(s) de Empenho(s) decorrente(s) da presente Ata de Registro de Preços deverá(ão) ser emitidas dentro do seu prazo de validade.

CLAUSULA DÉCIMA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 11.1 A **FORNECEDORA** terá o seu registro de preços cancelado na Ata, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa:
- 11.1.1 A pedido da **FORNECEDORA** quando:

- 11.1.1.1 Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
- 11.1.1.2 O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do material.
- 11.1.2 Por iniciativa do ÓRGÃO GERENCIADOR, quando:
- 11.2.1 A **FORNECEDORA** não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 11.1.2.2 A **FORNECEDORA** perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório:
- 11.1.2.3 Por razões de interesse público, devidamente, motivado e justificado;
- 11.1.2.4 A **FORNECEDORA** não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;
- 11.1.1.5 A **FORNECEDORA** não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
- 11.1.1.6 Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços ou nos pedidos dela decorrentes;
- 11.1.1.7 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o Município fará o cancelamento da Ata de Registro de Preços e informará as **FORNECEDORAS** a nova ordem de registro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES

12.1 - Competências do ÓRGÃO GERENCIADOR:

- 12.1.1 Gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- 12.1.1 Providenciar a assinatura desta Ata, a publicação na Imprensa Oficial e o encaminhamento de sua cópia aos Órgãos Participantes, quando houver.
- 12.1.2 Providenciar a indicação das **FORNECEDORAS** para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos.
- 12.1.3 Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados; e



PMC fls. 190 Rubifica

12.1.4 – Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na presente Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações.

12.2 - Competências do ÓRGÃO PARTICIPANTE:

- 12.2.1 Tomar conhecimento da Ata de Registro de Preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições; e
- 12.2.2 Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do ora pactuado, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao ÓRGÃO GERENCIADOR.

12.3 - Competências da FORNECEDORA:

- 12.3.1 Cumprir todas as regras acerca da execução ou aquisição do objeto, da fiscalização, das obrigações, pagamentos e demais disposições previstas na presente Ata de Registro de Preços.
- 12.3.2 Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Município.
- 12.3.2.1- A inadimplência da **FORNECEDORA**, com referência aos encargos estabelecidos na condição anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Município, nem poderá onerar o objeto d presente Ata, razão pela qual a **FORNECEDORA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Município.
- 12.3.3 manter, durante toda a execução do fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

- 13.1 Na forma do que dispõe o artigo 67 da Lei nº. 8.666/93, fica designada o servidor **José Rodrigues Gomes**, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, para acompanhar e fiscalizar execução do fornecimento decorrente da presente Ata de Registro de Preços.
- 13.2 À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificar a conformidade da execução do fornecimento com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.
- 13.3 A Representante anotará em registro próprio todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das faltas observadas.
- 13.4 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Representante deverão ser solicitadas a Autoridade Competente, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.





13.5 - Não obstante a **FORNECEDORA** seja a única e exclusiva responsável pela execução desta Ata, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessas responsabilidades, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento, diretamente ou por prepostos designados.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÃO

14.1 – É vedado efetuar acréscimos nos valores fixados pela Ata de Registro de Preço, inclusive o acréscimo de que tratam o §1° e a alínea "d" do inciso II, ambos do art. 65 da Lei nº 18.666/93, de acordo com o Decreto nº 133 de 02 de dezembro de 2015.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – FORO

- 15.1 Para quaisquer ações decorrentes da utilização da presente Ata de Registro de Preço fica eleito o Foro da Comarca de Carmópolis/SE, com exclusão de outro qualquer por mais privilegiado que seja.
- 15.2 E, por se acharem justos e compromissados, assinam a presente Ata de Registro de Preços em 02(duas) vias de igual teor e forma e para um só efeito jurídico na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Carmópolis (SE), de_	de 2019.
;	ÓRGÃO GERENCIADOR
	ÓRGÃO PARTICIPANTE
	ÓRGÃO PARTICIPANTE
	FORNECEDOR
Testemunhas:	







ANEXO VII ANEXO

ORDEM DE FORNECIMENTO/SERVIÇO (MODELO)

PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2019.

REF. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/20--

Após aprovado o orçamento, autorizamos a empresa abaixo qualificada a realizar os serviços adiante especificados, observadas as especificações e demais condições constantes do Edital do **Pregão Presencial** Nº 09/2019 e da Ata de Registro de Preços do referido certame, pelos preços registrados.

mpresa			
ndereço:		^	
NPJ		Telefone	Fax
Nº do item	Descrição dos pneus	Valor Unitário	Valor Total
	leverão ser entregues nos ende assinatura do presente instrum		prazo solicitado contados da data
√o do item	Descrição dos serviços	Valor Unitário	Valor Total
nidade Orç unção Prog rojeto De A lemento De onte De Rec aldo Orçam	ramática: tividade: Despesa: curso:		
		SE, de de 2	20
	Assinatu	ra e carimbo do responsáv	el
IENTE: En	n,//20		
nserir repre	o social da empresa] esentante legal da empresa] OR REGISTRADO	-	